

## **Brasília em Tempo Real – 19/11/2012**

### **Redução na conta de luz sob ameaça**

Descontentes com indenizações, empresas podem não aderir à renovação de concessões do governo

Principal instrumento do Planalto para garantir redução de 16,2% na conta de luz das residências e de até 28% nas indústrias, a renovação das concessões no setor elétrico é incerta. A duas semanas do fim do prazo, as concessionárias resistem a perdas que permitiriam a diminuição da tarifa, ameaçando o cumprimento da promessa da presidente Dilma Rousseff de baixar o custo da eletricidade.

Para o governo, o corte é estratégico: só a queda de 16% nas tarifas residenciais reduziria 1,2 ponto percentual na inflação - crucial para absorver o reajuste de combustíveis exigido pela Petrobras. Na indústria, baixaria o custo de produtos finais e elevaria a competitividade.

- Pagamos uma das energias elétricas mais caras do mundo. É um dos maiores pesos no custo de produção - aponta Erik Camarano, presidente do Movimento Brasil Competitivo.

A maior parte da queda na tarifa anunciada para 2013 deveria vir da redução no valor pago a geradoras e transmissoras, que em troca renovariam antecipadamente seus contratos por 30 anos, sem licitação. A tarifa de geração cairia até 73% para usinas que já recuperaram o investimento.

Em Minas Gerais, a Cemig, que reúne três concessionárias, já indicou que não irá aderir. As paulistas Cesp e Cteep ameaçam não antecipar a renovação. No Estado, a CEEE, que estima redução na receita de 60%, tenta renegociar o valor oferecido. Na Eletrobras, maior estatal do setor, gerou irritação entre investidores a pressa para fixar o prazo de renovação, sem que a medida provisória 579, que prorroga as concessões e reduz os encargos, tenha sido aprovada pelo Congresso.

- A maneira como o governo agiu foi intempestiva, deixando brechas para contestações jurídicas e de quebra de contrato - avalia **Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil**.

Como as empresas ameaçam ir à Justiça, há risco de que o governo não obtenha a economia esperada com essa medida. Embora ministros tenham garantido a redução na tarifa, pode ser necessário encontrar outra fórmula para garantir o efeito. Uma opção seria o aumento de aportes do Tesouro Nacional a fundos do setor.

- Usar dinheiro do Tesouro seria um absurdo, pois quem estaria contribuindo seria o próprio consumidor - critica Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

O plano B, na opinião de especialistas, deveria envolver outras medidas, como a extinção do PIS-Cofins para o setor, que aliviaria o preço da conta de luz em 8% a 9,5% - pouco mais da metade do prometido.